e foi alterado parcialmente o contrato, quanto aos artigos 1.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º e 11.º, que passaram a ter a seguinte redacção:
Artigos eliminados: 12.º e 13.º

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação Ribeiro & Castro, L.^{da}, tem a sede na Rua de Braancamp, 52-C, freguesia de São Mamede, concelho de Lisboa, podendo a gerência deslocá-la dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

ARTIGO 4.º

O capital social, de cinquenta mil euros, encontra-se representado por duas quotas, no valor nominal de vinte e cinco mil euros cada uma, pertencentes ao sócio Filipe João Faustino Duarte.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas, a título gratuito ou oneroso, bem como a constituição de ónus ou encargos sobre as mesmas, carecem de consentimento prévio da sociedade, salvo no caso de cessão entre sócios.

ARTIGO 6.º

A gerência da sociedade e a sua representação, em juízo, ou fora dele, serão exercidas por um ou mais gerentes eleitos em assembleia geral.

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade será validamente obrigada nos seus actos e contratos nos seguintes casos:

- a) Pela assinatura de um gerente;
- b) Pela assinatura de um procurador da sociedade dentro dos limites da respectiva procuração.

2 — A sociedade poderá ser representada por qualquer dos seus gerentes nas assembleias gerais de sociedade em que detenha participações sociais.

3 — Aos gerentes é vedada a possibilidade de obrigar a sociedade em quaisquer negócios de favor, sejam fianças, letras, avales, abonações ou outros actos, contratos ou documentos semelhantes, estranhos aos negócios sociais, sendo nulos e de nenhum efeito todos os actos praticados e os contratos celebrados nestas condições, sem prejuízo de o infractor responder perante a sociedade pelos prejuízos que lhe causar.

ARTIGO 8.º

As assembleias gerais serão convocadas por qualquer gerente, por meio de carta registada, expedida com pelo menos 15 dias de antecedência, excepto disposição legal em contrário.

ARTIGO 9.º

Após a constituição do fundo de reserva legal exigida por lei, os lucros líquidos apurados no final de cada exercício serão aplicados conforme for deliberado pela assembleia geral.

ARTIGO 10.º

O exercício social coincide com o ano civil.

ARTIGO 11.º

Os preceitos dispositivos do Código das Sociedades Comerciais poderão ser derogados por deliberação da assembleia geral.

Gerente designado, em 21 de Setembro de 2005 — o sócio.

O texto completo do contrato na sua redacção actualizada ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

6 de Outubro de 2006. — O Primeiro-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 2010621271

LISBOA — 4.ª SECÇÃO

PAPELARIA E TABACARIA JUNQUEIRA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 02635; identificação de pessoa colectiva n.º 502029617; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 06 e inscrição n.º 10; números e data das apresentações: 35 e 36/050607.

Certifico que o texto que se segue é transcrição da inscrição acima referida:

Averbamento n.º 1, apresentação n.º 35/050607.

Cessação de funções da gerente Luísa Maria da Costa Ventura Ribeiro Pinhos, por ter renunciado em 9 de Março de 2005.

Certifico que foi registada a alteração do contrato quanto aos artigos 4.º, 8.º e 10.º da sociedade em epígrafe, os quais passam a ter a seguinte redacção

ARTIGO 4.º

O capital social é de doze mil quatrocentos e sessenta e nove euros e noventa e quatro centimos, integralmente realizado, e corresponde à soma de duas quotas iguais no valor nominal de seis mil duzentos e trinta e quatro euros e noventa e sete centimos cada, pertencentes uma a cada sócio.

ARTIGO 8.º

1 — A gerência da sociedade, remunerada ou não conforme for deliberado em assembleia geral, será exercida pela sócia Gabriela Maria Mendes Fernandes, que fica desde já nomeada gerente.

2 — Para vincular a sociedade, é suficiente a assinatura de um gerente.

ARTIGO 10.º

A sociedade fica autorizada a participar em sociedades com objecto e natureza diferentes e em agrupamentos complementares de empresas.

O texto completo e actualizado do contrato ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

1 de Fevereiro de 2006. — A Segunda-Ajudante, *Maria da Graça Bicho Martins*. 3000209708

PERFUMARIAS M. JOSÉ — MODA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 03565; identificação de pessoa colectiva n.º 503215333; inscrição n.º 04; número e data da apresentação: 25/040714.

Certifico que foi registado o reforço do capital de 1 000 000\$ para € 15 000, tendo o artigo 3.º a seguinte redacção:

3.º

O capital social integralmente realizado em dinheiro é de quinze mil euros e corresponde à soma de duas quotas, uma no valor nominal de sete mil e quinhentos euros pertencente ao sócio João Alves Batista e uma de sete mil e quinhentos euros pertencente à sócia Maria José Pinto de Campos Batista.

O texto completo e actualizado do contrato ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

28 de Outubro de 2004. — A Segunda-Ajudante, *Maria da Graça Bicho Martins*. 2006566555

MIL PÉS, COOPERATIVA CULTURAL E DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, C. R. L

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 00139/050310; identificação de pessoa colectiva n.º 507228537; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 36/050310.

Certifico que foi constituída a cooperativa em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

Constituição, denominação, ramo, objecto social e sede

1 — É constituída a Mil Pés, Cooperativa Cultural e de Solidariedade Social, C. R. L., inserida no ramo cultural do sector cooperativo, a qual será regida pelo Código Cooperativo, pelos estatutos, pelo regulamento interno e demais legislação aplicável.

2 — O objecto social da sua actividade é a produção e promoção de conteúdos e actividades culturais, de comunicação, animação e solidariedade social. Nesse sentido, realiza exposições, festivais, conferências, consultoria e criação de suportes de comunicação, conteúdos informativos, bem como actividades lúdicas e pedagógicas de apoio a famílias e a grupos sociais carenciados.

3 — Subsidiariamente, pode a Cooperativa desenvolver actividades de outros ramos, nos termos do Código Cooperativo.